

Accessibilidade e inclusão no ensino remoto:
iniciativas das universidades no Estado do Rio de Janeiro
para atender estudantes cegos e com baixa visão

Ana Clara de Oliveira Peixoto

Produtora Cultural – UFF
Mestranda em Educação – PPGE UFRJ
E-mail: anaclaraoliveira.peixoto@gmail.com

Recebido: 30 mai. 2022

Aprovado: 22 out. 2022

Resumo: Através de autores que discutem a Deficiência e a Educação e do Estatuto da pessoa com deficiência (2015), este artigo se propõe a entender como as universidades promovem acessibilidade em seus canais de atendimento, especificamente para estudantes cegos e com baixa visão. As instituições abordadas neste trabalho são: UNIRIO, UFRRJ, UFF, UFRJ e UERJ. A pesquisa foi realizada com base nas páginas online das divisões de acessibilidade das respectivas instituições e contatos através de e-mails com os departamentos competentes.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Educação. Cegueira. Universidade. Acessibilidade.

Abstract: Through authors who discuss Disability and Education, this article aims to understand how universities are promoting accessibility, specifically for blind students, in remote education. The institutions covered in this article are: UNIRIO, UFRRJ, UFF, UFRJ and UERJ. The research was carried out based on the online pages of the accessibility divisions of the respective institutions and contacts through emails with the competent departments.

Keywords: Remote Education; Education. Blindness. University. Accessibility.

Resumen: A través de autores que discuten Discapacidad y Educación y el Estatuto de la persona con discapacidad (2015), este artículo tiene como objetivo comprender cómo las universidades promueven la accesibilidad en sus canales de atención, específicamente para estudiantes ciegos y con baja visión. Las instituciones abordadas en este trabajo son: UNIRIO, UFRRJ, UFF, UFRJ y UERJ. La investigación se realizó con base en las páginas en línea de las divisiones de accesibilidad de las respectivas instituciones y el contacto a través de correos electrónicos con los departamentos competentes.

Palabras clave: Enseñanza a Distancia. Educación. Ceguera. Universidad. Accesibilidad.

Introdução

Com a pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), surgiram novas formas de contato. Esferas sociais (família, amigos, trabalho e estudos) tiveram que tomar uma nova roupagem para se adaptar à realidade abrupta trazida pelo vírus. Expressões estrangeiras (*home office* e *lockdown*) começaram a fazer parte do cotidiano da vida dos brasileiros. Outra questão que se tornou presente no contexto pandêmico foi o ensino remoto. Este último ocorreu como medida emergencial para a continuação de atividades escolares e acadêmicas, na tentativa de realizar práticas educacionais, para além dos espaços presenciais. Corpo docente, discente, profissionais de áreas afins e familiares tiveram que se adaptar ao novo estilo de aprendizagem.

Como campo do saber, as universidades públicas começaram a construir uma movimentação para se adaptar ao isolamento social. Através de ferramentas de acesso tecnológico, os estudantes passaram a realizar atividades síncronas e assíncronas, redesenhando suas formas de aprendizagem. Assim como os alunos, os professores precisaram reavaliar novas formas de planejar aulas. Ficou a cargo dessas instituições públicas a tentativa de promover acessibilidade para seu corpo discente, com o intuito de contemplar o máximo de alunos e alunas possíveis nesse momento. As Instituições de Ensino Superior (IES) começaram a possibilitar o acesso através de equipamentos tecnológicos, bolsas de auxílio emergencial e parcerias com grupos que pensam acerca do acesso no âmbito tecnológico. Foi um período de grande reflexão e de discussões extensas sobre a realidade socioeconômica dos estudantes, em que muitos ficaram impossibilitados de assistir aulas e participar das atividades acadêmicas por falta de equipamento básico. Travou-se, então, uma luta constante para diminuir essas barreiras sociais. Mas, como as universidades públicas, especificamente as do Estado do Rio de Janeiro, pensaram a respeito da acessibilidade para seus alunos com deficiência?

O Estatuto da pessoa com deficiência (lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) menciona em seu Art. 27 que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Além desses direitos assegurados pelo estatuto, segundo o relatório sobre acessibilidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), existem oito espectros fundamentais de acessibilidade para pessoas com deficiência. O documento cita a acessibilidade arquitetônica, a metodológica/pedagógica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações e nos meios digitais. O relatório, inclusive, descreve a acessibilidade atitudinal, que deve acompanhar todas as outras, pois se refere a atitude das pessoas, grupos e instituições para o combate de barreiras.

Neste artigo, por se tratar da acessibilidade no ensino remoto, teremos um olhar mais atento às acessibilidades atitudinais, pedagógicas, instrumentais, comunicacionais e digitais. A partir dessas definições que envolvem os direitos e formas de acessibilidade, este texto objetiva promover reflexões acerca do acesso para pessoas com deficiência no ensino remoto em algumas das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Uma discussão sobre como a Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – instituições de renome e de grande impacto social – se articularam para promover acesso aos seus estudantes com deficiência, para além da acessibilidade arquitetônica.

Outra questão, ainda em conformidade com o Estatuto da pessoa com deficiência (Art. II), existe diversos tipos de deficiência como a física, mental, intelectual e sensorial. Cada uma delas será lida, estudada e atravessada por questões distintas. Ciente disso, teremos o foco na deficiência sensorial – visual. Buscando entender quais ações foram promovidas por essas instituições para seus estudantes cegos – cegueira total e baixa visão – no ensino remoto.

Ratifica-se ainda que, a pesquisa aborda os programas institucionais das cinco IES responsáveis em tratar da acessibilidade e inclusão desses alunos. Projetos desenvolvidos por Departamentos de graduação, ações de coletivos de estudantes ou grupos de pesquisas não serão abordados nessa escrita. O intuito é tencionar quais são e como funcionam os núcleos que são braços institucionais das universidades abordadas.

Na sociedade extremamente visual, na qual estamos inseridos, pessoas videntes devem compreender que há várias formas de absorver informações. Cabe a comunidade científica refletir e elaborar propostas que facilitem e incluam os corpos não normativos.

Percurso metodológico

Para a construção deste texto foi feito um levantamento das páginas institucionais na internet de cada universidade, de modo a compreender quais departamentos são os responsáveis em lidar com as questões de acessibilidade e inclusão aos alunos com deficiência. Após a compreensão de como cada divisão de acessibilidade das cinco instituições se organizam, foi realizada uma busca mais específica nos programas dos respectivos departamentos, mapeando quais ações aconteciam antes e quais passaram a ser realizadas durante a pandemia.

Mediante ao mapeamento dos websites das universidades, foi feito contato através dos e-mails informados pelas divisões de inclusão e acessibilidade. O objetivo do e-mail foi o de buscar um entendimento mais aprofundado acerca das informações que constavam nas páginas de cada uma das instituições. No corpo de cada e-mail enviado havia um texto, explicando a proposta do artigo. Informando que se tratava de um levantamento das páginas de cada núcleo de acessibilidade e inclusão. Além disso, foi mencionado para todas as instituições quais eram as universidades envolvidas na pesquisa e que o e-mail se tratava de uma formalidade para maior compreensão dos projetos mencionados nas respectivas páginas. Se houvessem informações que não constassem nos websites, cada núcleo poderia se sentir à vontade para colocá-las ao retornar a mensagem. Cada e-mail foi norteado com três perguntas base. Descritas abaixo:

1. Há atividades que estejam sendo implementadas ou pensadas neste momento de pandemia para alunos(as) com cegueira e baixa visão?
2. Quais são os desafios para vocês que estão frente a essa demanda?
3. Existe algum relatório com números atualizados em relação a quantos alunos e alunas cegas estão matriculados na universidade x?

Após o primeiro e-mail, houve uma segunda tentativa de contato, para as instituições que ainda não haviam respondido à primeira solicitação. A metodologia, também, foi composta por uma busca a textos do campo da Educação que dialogassem com a cegueira, inclusão, acessibilidade e ensino remoto. À medida que as instituições respondiam, interpondo seus posicionamentos, projetos e propostas surgiam novas referências bibliográficas para dialogar com as colocações.

Resultados

Em relação aos levantamentos e aos mapeamentos das ações realizadas pelas instituições e respostas dos e-mails, obtiveram-se os seguintes resultados:

- Universidade Federal Fluminense

A UFF conta com a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF – PROAES (SAI) para o planejamento e execução das ações de inclusão e acessibilidade. O Sensibiliza UFF busca, segundo consta no site, facilitar o acesso e garantir a permanência de estudantes com deficiência na graduação. Além disso, essa secretaria é responsável por indicar as demandas de acessibilidade da Universidade. O Sensibiliza UFF conta com parcerias com o Departamento de Educação Física, para aulas de natação para adultos e crianças com deficiência. Também, possui articulação com programas vinculados ao Instituto de Letras – Programa de Línguas (PROLEM) – que realiza tradução de textos para estudantes com TDAH, dislexia e deficiência visual. Há o programa de apoio em Libras para aulas e eventos que necessitem de intérpretes. A Universidade, também, conta com o programa de “Bibliotecas acessíveis”, oferecendo material com tecnologia assistida para seus alunos com deficiência. Em relação aos estudantes cegos e de baixa visão, a UFF possui um programa de bolsa para alunos apoiadores. Esse aluno apoiador é responsável por realizar transcrição de texto, fazer leituras e facilitar o acesso para o aluno cego que ele fique responsável por auxiliar.

No site não constam dados em relação ao quantitativo de alunos com deficiência matriculados na Instituição nos últimos anos. Não há registros de ações para acessibilidade no ensino remoto aos alunos com deficiência. Em resposta ao e-mail, a Universidade – Sensibiliza UFF – respondeu a respeito das atividades promovidas durante a pandemia.

Com a chegada do ensino remoto, tivemos que nos adaptar a uma gama de novas demandas por parte da comunidade acadêmica, a fim de encontrar uma saída para tornar essa experiência um momento menos danoso e que pudesse deixar os níveis de igualdade de condições minimamente alcançáveis, uma vez que toda a Universidade teve que aprender a ser um novo espaço de ensino, pesquisa e extensão, exigindo um compromisso urgente com as pautas de acessibilidade digital e educacional. Foram feitos inúmeros encontros com

professores, alunos com deficiência, seus bolsistas apoiadores e membros da comunidade acadêmica, a fim de entender cada demanda e traçar o plano de atuação dentro de especificidades apresentadas de maneiras diferentes, por pessoas diferentes (SENSIBILIZA UFF, s/d).

A PROAES informou que, atualmente, a UFF possui 86 alunos cegos com matrícula ativa, sendo 221 alunos e alunas cegas a fazer parte do corpo discente na história da Universidade. O Sensibiliza UFF mencionou as medidas que a Universidade está realizando em relação aos estudantes com cegueira total e de baixa visão:

Para deficiência visual nível baixa visão, desenvolvemos uma espécie de guia em que recomendamos o uso de ferramentas que possibilitam uma compreensão dos recursos de acessibilidade nativos em web e mobile, bem como encontros com os alunos para que pudéssemos ouvi-los e estabelecer o método mais apropriado para que o nível de aprendizagem e igualdade de condições fosse o melhor possível. No que se refere a deficiência visual nível cegueira, tivemos encontros parecidos com os mencionados acima, porém, foram reuniões acrescidas de como ensinar alguns alunos o uso das ferramentas educacionais utilizadas pela Universidade. O objetivo é mostrar como funcionam Google Meet, Google sala de aula, google drive e outros apps disponíveis na suíte do Google, uma vez que até a elaboração de documentos para entrega de atividades acadêmicas sofreu mudanças (SENSIBILIZA UFF, s/d).

Por último, sobre as principais mudanças encontradas pela PROAES, o Sensibiliza UFF comentou a respeito desse trabalho pedagógico em relação a tecnologia usada no ensino remoto:

Trabalhos que antes eram feitos em reuniões presenciais em que os alunos entregavam trabalhos impressos deram lugar ao uso do app de documento colaborativo do google, demandando instruções de uso dos recursos de acessibilidade disponíveis, mas que não eram usados antes da pandemia (SENSIBILIZA UFF, s/d).

- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ (NAI/UFRRJ) surge da Deliberação nº 112, de 12/06/2012. Segundo consta no site do NAI, os objetivos gerais do programa são:

1 – Promover ações e atividades que favoreçam o acesso, a permanência e a participação efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão na UFRRJ.

Acessibilidade e inclusão no ensino remoto

2 – Oferecer suporte pedagógico aos Cursos de Graduação da UFRRJ para atender adequadamente às demandas pedagógicas dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes acessibilidade por meio de tecnologias assistivas ou ajudas técnicas nas atividades previstas em seus cursos (NAI/UFRRJ, s/d).

O NAI trabalha dentro da UFRRJ com o apoio da coordenação de cada curso, entendendo as demandas e buscando atender de formas possíveis. O Núcleo é dividido em oito comissões, sendo elas: Acolhimento e Acompanhamento Pedagógico, Acessibilidade Física, Acessibilidade Curricular, Capacitação, Ingresso/Acesso, Políticas de Estágio, Política de Inclusão e Comissão de Tecnologia Acessível. Como a Rural possui campus em localizações diferentes, a coordenadora do projeto Márcia Pletsch discorre a respeito das dificuldades de lidar com demandas em lugares distintos, pois há contingenciamento reduzido de pessoas no NAI. Na página oficial, a última atualização em relação a alunos com deficiência matriculados é do ano de 2019, onde haviam seis alunos com cegueira total e um aluno com baixa visão.

Em resposta ao e-mail enviado, o Núcleo disponibilizou arquivos e deliberações realizadas em comissão. No total, foram três arquivos: o primeiro “Diretrizes aprovadas pelo CONSU – Deliberação 269”, trata-se de uma deliberação realizada no dia 03 de dezembro de 2020, a respeito de como a Universidade Rural pode viabilizar formas de um ensino remoto acessível para pessoas com deficiência. No documento, há explicações em relação ao que significa acessibilidade, o que são barreiras de aprendizagem e informações mais teóricas a respeito do assunto.

O segundo arquivo enviado pelo NAI, há orientações aos docentes sobre acessibilidade e inclusão. O Núcleo se baseia em um documento criado pela UFRRJ com colaboração da Universidade Federal Do Sul E Sudeste Do Pará – UNIFESSPA. O relatório “Acessibilidade e Desenho Universal Aplicado à Aprendizagem na Educação Superior” funciona como manual de instruções para docentes e coordenações de curso. Observa como o professor pode aprimorar suas práticas de ensino para alunos com deficiência, ao focar a questão tecnológica, ensinando sobre sistemas operacionais mais indicados a serem usados, o uso de plataformas de vídeo chamada, tipos de formatação de textos e arquivos e formas técnicas de tornar o ensino inclusivo.

Em resposta à terceira questão colocada, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ disponibilizou um relatório detalhado das ações implantadas no ano de 2019. No arquivo, constam informações sobre os alunos matriculados nos cursos da Universidade, mapeamentos das ações do Núcleo, gráficos que mostram a inserção de

alunos com deficiência na Rural e as estratégias elaboradas para promover acessibilidade, inclusão e rompimento de barreiras educacionais.

- Universidade Federal do Rio de Janeiro

O Órgão competente pelas ações de acessibilidade da UFRJ é a DIRAC - Diretoria de Acessibilidade – associada à Reitoria da universidade, a Diretoria coleta dados relativos à acessibilidade, identificando demandas e mantendo interlocução com diversas instâncias, dentro e fora da universidade, propondo aquisição e adaptação de mobiliários e materiais didático-pedagógicos adaptados, auxiliando execução de eventos, campanhas e ações para a garantia de direitos das pessoas com deficiência. Segundo o site oficial da Direção, a DIRAC é formada por uma Divisão de Orientação e Suporte (DOS), composta por quatro núcleos. Núcleo pedagógico, Núcleo de planejamento, Núcleo de acessibilidade física e Núcleo de comunicação. Cada um desses núcleos trabalha em ações mais diretas e focadas nos diferentes espectros de acessibilidade, na tentativa de garantir uma cobertura mais ampla para seus discentes que possuem algum tipo de deficiência. A DIRAC conta com programas de Libras e com o “Facilitadores de aprendizagem”, que funciona de maneira análoga ao programa “Aluno apoiador” da Universidade Federal Fluminense. Em relação aos estudantes cegos e de baixa visão, a ação mais específica encontrada no site da Diretoria de acessibilidade foi o programa “Livro acessível”, uma parceria de várias editoras que disponibilizam textos com estrutura e formatação acessíveis.

Além da DIRAC, a UFRJ também conta com a COPPETEC Inclusão. Uma iniciativa da COPPE e Fundação COPPETEC para facilitar acessos aos alunos com deficiência através da tecnologia. Além de pensar nos estudantes, a ação da COPPETEC tem foco na equipe técnico administrativa da universidade, de modo a capacitar esses funcionários a receber os alunos com deficiência. Antes da pandemia, segundo informações disponíveis na página, eram realizados seminários periódicos para apresentar ideias que promovessem eliminações de barreiras que impedissem uma acessibilidade mais abrangente. Foram enviados e-mails para os dois programas da Instituição, contudo, não se obteve resposta deles.

- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Diferente das demais instituições abordadas neste artigo, a UERJ não conta com um núcleo específico para lidar com as ações de acessibilidade aos discentes com deficiência. A Coordenadoria de Avaliação, Projetos Especiais e Inovação (COPEI) é o Órgão da Sub-reitoria de Graduação SR-1/UERJ voltado para a melhoria do ensino de graduação da Universidade. Essa coordenadoria é responsável pela realização de programas de acessibilidade existentes na Instituição. O projeto que trata diretamente dessa questão é o “UERJ ACESSÍVEL”. Segundo o site oficial, a iniciativa tem como objetivo principal mapear o quantitativo de graduandos com deficiência na UERJ, detalhando tais deficiências e as necessidades particulares relacionadas às mesmas. No site consta:

Semestralmente, o projeto coleta e trata informações sobre acessibilidade e deficiência através de um questionário cujo link se encontra disponível na página da UERJ no aluno online. Cabe às Unidades divulgar a necessidade de preenchimento desse formulário junto aos graduandos. A análise das respostas gera um relatório com os tipos de deficiências existentes no campus, assim como as necessidades que as mesmas acarretam. O documento é encaminhado à COPEI, que busca articular as ações necessárias para que a UERJ cumpra como instituição suas obrigações de acessibilidade física, social e acadêmica com esse alunado (COPEI, s/d).

Na página, há um link de acesso para esses relatórios. Contudo, o documento mais recente é de 2015. Não há informações ou ações referindo-se à pandemia ou ao ensino remoto. Obtive resposta na segunda tentativa através do e-mail da Instituição, porém, não foi do Órgão para o qual havia enviado a mensagem. A resposta foi a seguinte:

(...) Seu e-mail chegou até nós pelo DAIAIE (Departamento de Articulação, Iniciação Acadêmica e de Assistência e Inclusão Estudantil). Eu sou diretora do Departamento de Acolhida, Saúde Psicossocial e Bem-estar (DASPB) da nova Pró-reitoria de Assistência Estudantil da UERJ. Somos um departamento que oferece acolhimento, escuta e ações de bem-estar aos estudantes da UERJ. Recentemente, estamos em processo de incorporação do Programa de Extensão Rompendo Barreiras, da Faculdade de Educação, à estrutura do nosso departamento. O Rompendo Barreiras é um Programa da UERJ destinado ao atendimento dos estudantes da UERJ com algum tipo de deficiência física.

A diretora do DASPB, Rachel Alonso, aconselhou que entrasse em contato com a idealizadora do projeto “Rompendo Barreiras – Luta pela inclusão”, a professora Valéria de Oliveira, através do e-mail do programa. O contato foi realizado, mas não se

obteve resposta. O referido projeto defende que o seu maior objetivo é assegurar a acessibilidade e permanência de graduandos com deficiência na UERJ.

A iniciativa conta com serviços como orientação pedagógica, informações e orientações diversas para pessoas com deficiência, acesso à Internet (envio e recebimento de e-mails e inscrições em concursos); empréstimos de livros (gravados ou impressos); digitalização de textos para os formatos .txt, .doc e .pdf; transcrição para o Braille e transcrição de áudio. A última atualização que consta na página oficial do “Rompendo barreiras” é do ano de 2019 e não tem relação com ações sobre a COVID-19 ou o ensino remoto.

- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A Comissão Permanente de Acessibilidade da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro é o Departamento responsável pelas ações voltadas aos estudantes com deficiência. A Instituição dispõe de diversos núcleos que dialogam com os espectros da acessibilidade. No site oficial, além de contar com as informações acerca dos projetos desenvolvidos em cada núcleo, a Universidade também promove discussões frequentes entre acessibilidade e ensino. Na página da Instituição também foi possível encontrar portarias e atos normativos que asseguram os direitos das pessoas com deficiência.

A UNIRIO tem promovido algumas atividades para pensar sobre a questão da acessibilidade em tempos de ensino remoto, como por exemplo, a liveⁱ “Acessibilidade no ensino remoto: recomendações para estudantes com deficiência visual” realizada em setembro de 2020 pela professora Janicy Rocha. Nessa live, a professora e chefe do Departamento de Documentais da Universidade, ofereceu dicas detalhadas aos docentes acessibilizarem suas práticas para os estudantes cegos. A apresentação do assunto foi feita para as pessoas poderem assistir, especialmente pessoas cegas. A palestrante falou da autodescrição e das formas de promover acesso no ensino remoto que vão além dos recursos tecnológicos. O material explanado na live, como o slide utilizado na apresentação e os documentos e referências bibliográficas citados pela palestrante, encontra-se disponibilizado para o público e possui acessibilidade para pessoas cegas.

A professora Janicy Rocha respondeu o e-mail enviado, ela coordena o projeto de tutoria para pessoas com deficiência visual na Universidade. Em sua resposta, a professora explicou sobre o projeto denominado "Centro de Tutoria Pedagógica -

Deficiência Visual", que existe desde 2019, sendo coordenadora desde de 2020. A ação objetiva auxiliar estudantes com deficiência visual no enfrentamento de barreiras atitudinais e comunicacionais encontradas no cotidiano acadêmico, especialmente naquelas relacionadas à adaptação/produção de material acadêmico digital acessível. Em resposta a uma das questões que foram colocadas: “Existe algum relatório com números atualizados em relação a quantos alunos e alunas cegas estão matriculados na UNIRIO?” Janicy Rocha respondeu que:

Atualmente, contamos com quatro tutores/discentes bolsistas e um voluntário e estamos atendendo três discentes cegos. Como ainda estamos em período de ajustes de matrículas (até 20/03), não dispomos de dados atualizados sobre o quantitativo de discentes com deficiência visual regularmente matriculados. Estamos aguardando a atualização desses dados para contactarmos os discentes e atualizarmos o quantitativo de atendidos pelo projeto (ROCHA, 2021, s/p.).

A coordenadora do projeto pediu para que um contato posterior fosse realizado, pois esses dados não demorariam para serem obtidos. Em relação a pergunta sobre as atividades realizadas pela UNIRIO para promover a acessibilidade para pessoas cegas e de baixa visão, Janicy informou:

A principal atividade feita nesse momento de pandemia e ensino remoto é adaptação de material didático das disciplinas, especialmente textos, de forma que eles fiquem acessíveis para os leitores de tela utilizados pelos discentes. Adicionalmente, nos inícios de semestre, contatamos os professores em cujas disciplinas os discentes atendidos pelo projeto estejam matriculados, informando-os sobre o projeto e nos colocando à disposição para auxiliá-los na inclusão desses discentes nas aulas. Caso demandem, oferecemos orientações mais direcionadas. Além desse atendimento direto aos discentes, em maio de 2020 ofertamos um curso de extensão remoto que objetivou sensibilizar docentes do ensino superior para o atendimento aos estudantes com deficiência visual e qualificá-los para elaborar materiais didáticos digitais (textos e slides) acessíveis para esse perfil de estudante (ROCHA, 2021, s/p.).

Em relação aos maiores desafios enfrentados nesse momento, a professora interpôs:

O maior desafio nesse momento de pandemia é conseguirmos lidar com a quantidade de artigos inacessíveis, alguns escaneados em formato de imagem, com baixa resolução ou com muitas marcas, que nos chegam. Como a equipe é pequena e esse tipo de material demanda maior tempo para adaptação, isso nos impede de atender mais demandas. Esse problema já existia antes da pandemia, mas se intensificou com o ensino remoto, quando estão sendo demandadas mais leituras. Nesse semestre de 2020.2 (que na UNIRIO se iniciou em março), conseguimos aumentar a equipe de 3 tutores para 5 e, com isso, esperamos poder acolher mais demandas. Outro desafio é não podermos

conviver presencialmente com esses discentes, criando laços mais próximos que facilitem o conhecimento de suas particularidades e o acolhimento de suas demandas (ROCHA, 2021, s/p.).

A professora Janicy Rocha se colocou à disposição para responder qualquer questão que surgisse e desejou sorte na composição dessa escrita. Também, recomendou que assistisse a live sobre ensino remoto e deficiência visual, mencionada nas páginas anteriores deste trabalho. Elementos da live e os documentos disponibilizados na apresentação serão utilizados nas reflexões realizadas a seguir.

Reflexões sobre as IES e a acessibilidade na pandemia

Com os resultados apresentados, pode-se realizar algumas reflexões a respeito da acessibilidade a estudantes cegos no ensino remoto. Paixão Borges e Segadas-Vianna (2020) discutem a respeito das leis, no Brasil, que asseguram o direito da pessoa com deficiência nos ambientes de aprendizagem. Os autores refletem, assim como outros pesquisadores examinam o tema, que a questão da acessibilidade não está na falta de garantias legais, mas na efetivação desses direitos.

Para exemplificar essa afirmação, Paixão Borges e Segadas-Vianna (2020) fazem menção a partes da Deliberação CEE/RJ nº 355, de 14 de junho de 2016, na utilização de ações com medidas individualizadas e coletivas, planejamento de estudo de casos, com a finalidade de maximizar o aprendizado e favorecer a permanência dos alunos dentro desses espaços. Os autores ainda mencionam: "Dessa forma, a garantia de inclusão de pessoas com deficiência nos espaços educacionais já é garantida de maneira explícita há, pelo menos, uma década. No entanto, entre a lei e a prática frequentemente se abre um grande abismo" (PAIXÃO BORGES; SEGADAS-VIANNA, 2020, p. 380). Ou seja, a questão está na aplicabilidade e manutenção desses direitos assegurados por leis e estão em vigência a um tempo considerável.

Pautas em relação à inclusão e acessibilidade devem estar presentes em todas as instâncias pedagógicas. É fundamental pensar nessa questão, não apenas na educação básica, mas se atentar ao ensino superior. Paixão Borges e Segadas-Vianna (2020) revelam como a pesquisa acadêmica precisa se atentar mais a essa questão. É imprescindível que haja realização de pesquisas na academia e que sejam atualizadas e

fiquem disponíveis para que, não somente a comunidade científica tenha acesso, mas a sociedade.

O princípio da publicidade também rege as IES e demonstra como ocorre a acessibilidade promovida pelas Universidades, e que esses dados sejam colocados a público. Da mesma forma, há o compromisso dessas instituições, corpo docente e discente, tornar o ambiente mais acolhedor e inclusivo para pessoas com deficiência. Evidentemente, essa não é uma questão de responsabilização individual para nenhum segmento das IES, principalmente em momentos que as mesmas enfrentam problemáticas como cortes de verba, precarização do trabalho e responsabilização do profissional docente, quadro que se agrava ainda mais com a questão da pandemia. Essas ações precisam ser acompanhadas de políticas públicas efetivas. Contudo, não se deve ficar refém na espera dessas políticas e realizar aplicação da acessibilidade atitudinal nas práticas pedagógicas.

Em “Acessibilidade educacional, comunicacional e social em tempos de pandemia: desafios e perspectivas”, Fernandes, Monteiro e Oliveira (2020) revelam como algumas práticas podem ser aplicadas pelos professores para a transposição de barreiras. Ratificam a tecnologia assistiva para a adaptação e apoio aos estudantes com deficiência.

Um exemplo de tecnologia assistiva é a audiodescrição, um recurso que facilita na absorção de informações para pessoas com deficiência visual. Os autores defendem que a audiodescrição é uma tradução do signo visual para o verbal, ampliando o entendimento do público. Muitas práticas em sala de aula são extremamente visuais sem que se perceba. Explicações com gestos, quadro ou apresentação de slides, que docentes utilizam no intuito de auxiliar no entendimento da matéria.

Contudo, táticas como essa, se utilizadas em turmas que possuam estudantes cegos e de baixa visão, acabam por prejudicar na inclusão, se não forem efetuadas de formas acessíveis. Vale realizar descrições de ações, características físicas, expressões faciais, objetos etc. Inclusão significa fazer com que todos sintam-se parte do grupo e recebam as mesmas informações, ainda que de formas distintas. Além da tecnologia assistida, a falta de atenção para a questão da deficiência também preocupa os autores. Defendem que o momento de exclusão, que pessoas com deficiência têm vivenciado atualmente, é um reflexo de uma segregação enfrentada por esses indivíduos, nas diversas esferas sociais, mesmo antes da COVID-19.

As pessoas com deficiência e condições raras diversas precisam de um mundo apropriado às suas necessidades, tanto em relação aos espaços físicos como aos comunicacionais, inclusive no aspecto das atitudes dos indivíduos no que diz respeito a este grupo social. Percebe-se ao longo do texto que no mundo pré-pandemia esses direitos ainda não estavam consolidados. E estas imposições sanitárias e incertezas ou expuseram de vez a total vulnerabilidade em que vivem ou, pior ainda, maior invisibilidade deste segmento (FERNANDES; MONTEIRO; OLIVEIRA, 2020, p. 253-254).

A falta de especialização do corpo docente, coordenações e equipes, se tratando de alunos com deficiência, é uma temática reivindicada por esses segmentos há algum tempo na universidade. A carência não é apenas em relação a acessibilidade, mas ao fato de uma quantidade considerável de pessoas inseridas no espaço acadêmico não possuírem a prática de realizar leituras em relação à deficiência.

A não informação é o principal fator para que indivíduos reproduzam pensamentos e falas capacitistas. Termos como “pessoas deficientes” que colocam o sujeito como única representação – deficiente – ou “portadores de deficiência” – como se o indivíduo escolhesse carregar ou não a deficiência, são expressões que caíram em desuso. Porém, são frequentemente utilizadas.

É evidente que ninguém consegue se atualizar com tanta rapidez e reproduzir conceitos capacitistas em uma sociedade pautada na exclusão de corpos. Todavia, a acessibilidade atitudinal, também, serve para que façamos o exercício de revisitar nossas práticas e indagarmos em relação a quanto estamos buscando sair das “zonas de conforto”, ao procurar aprender sobre outras questões.

O termo “pessoa deficiente” é equivocado desde a década de 1990. “Portador de deficiência” não deve ser utilizado desde a Conferência sobre acessibilidade e inclusão de 2009. Ainda assim, mesmo alguns pesquisadores que abordam a questão da deficiência dispõem dessas nomenclaturas de forma equivocada. No seu estudo de caso, Paixão Borges e Segadas-Vianna (2020) trazem a entrevista com Teodoro, um aluno cego, que desabafa sobre as maiores dificuldades encontradas em sala de aula. Teodoro narra como é difícil objetivar conexões com professores.

Na live “Acessibilidade no ensino remoto: recomendações para a inclusão de estudantes com deficiência visual” disponível no Youtube, a professora Janicy Rocha narra algumas formas de tornar o ambiente de sala de aula online mais acessível. Além da live, em um relatório chamado “Acessibilidade no ensino remoto” organizado pela psicóloga Camila Sudo (s/d), Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UTFPR – Campus Londrina, é possível aprender algumas práticas extremamente

facilitadoras. Entre algumas das práticas indicadas está a disponibilização com antecedência dos materiais utilizados em sala. Isso acontece para que o aluno cego possa se planejar em relação à leitura e realização de tarefas. O que leva a outra prática fundamental: à acessibilidade nos arquivos.

Ou seja, o professor pode/deve checar se o formato do arquivo compartilhado está acessível. Lembrando que, se não estiver, há formas de viabilizar leituras para esses estudantes, desde que haja a antecedência mencionada. Inclusão também significa abordar os mesmos assuntos com todos os alunos, sem exceção. O docente precisa trabalhar materiais que usa com a turma, incluindo os estudantes cegos matriculados na disciplina.

Vale o professor se mostrar interessado em tornar suas práticas pedagógicas de fato acessíveis. Muitas vezes, especialmente em ambientes acadêmicos, os professores têm dificuldade em sua autoridade questionada em sala de aula. A arrogância impede que a acessibilidade atitudinal floresça e dê espaço para que os outros espectros desabrochem. Paixão Borges e Segadas-Vianna (2020) compartilham uma questão decisiva trazida por Teodoro:

Sobre essas reações negativas, o estudante também cita que alguns de seus professores não faziam esforços para adaptar suas metodologias, ou o faziam, segundo ele próprio, de “má vontade”. Reforça que tais atitudes se relacionavam especificamente a sua pessoa, de maneira que ele sentia um tratamento discriminatório em relação aos outros alunos (PAIXÃO BORGES; SEGADAS-VIANNA, 2020, p. 391).

Paulo Freire (1996, p. 71) afirma que “Ensinar exige saber escutar”. Esse é o ponto central para acessibilizar a experiência desses discentes, não só em tempos de ensino remoto, mas para uma construção de práticas educacionais anticapacitistas. A ativista, pesquisadora e mulher com deficiência Mia Mingus (s/d), traz um termo novo para ser pensado *Access intimacy* ao defender a promoção dessa intimidade acessibilitadora. Por mais que saibamos que não dispomos de respostas e soluções, precisamos estar prontos para o apoio necessário, cuja questão da deficiência não é individual. A responsabilidade é da sociedade.

Às vezes a intimidade acessibilitadora não significa que tudo é 100% acessível. Às vezes parece que ambos estão tentando criar acessibilidade com todas as suas forças sem nenhum aval em um mundo capacitista. Às vezes é alguém que apenas senta e segura sua mão enquanto ambos encaram pasmos um mundo inacessível (MIA, s/d).

As práticas de acessibilidade não estão apenas atreladas ao saber político da luta da pessoa com deficiência, mas em como nos colocamos em nossas práticas pedagógicas. O “não saber” não deve ser um fator congelante. Os professores podem demonstrar suas dificuldades em relação à questão e procurar construir, junto desses estudantes, novos modos de dar aula.

A falta de pessoas para recepcionar esses estudantes cegos também é um ponto que dificulta a acessibilidade, como foi o caso apresentado pelo NAI- UFRRJ e o Núcleo de acessibilidade da UNIRIO. Muitas vezes, surgem demandas altas para um grupo pequeno da universidade resolver. A carência de pessoas no processo de inclusão desses alunos é um fator preocupante e está associado à escassez de bolsas e recursos que as universidades públicas do Rio de Janeiro, atualmente, não dispõem. Mediante a isso, por mais que esse artigo caminhe com o pensamento que as universidades e os agentes que compõem aquele espaço, precisam reivindicar e se especializar-se na questão da acessibilidade e inclusão de estudantes cegos, é necessário entender o contexto que, muitas vezes, foge à competência dessas IES.

Considerações finais

A intenção aqui não é culpabilizar um Departamento, Instituição ou um grupo de pessoas, mas convocar a comunidade científica e acadêmica a se dirigir para realidades pouco pensadas, como a questão da deficiência. A universidade pública deve ter responsabilidade social e pensar nesses corpos que lutam diariamente para serem incluídos. E que façamos reflexões sobre deficiência, acessibilidade e inclusão em tempos de COVID-19. Contudo, essa é uma questão que está posta há tempos e se agravou por conta do contexto que estamos vivenciando. Acreditar que as práticas de acessibilidade estão voltadas apenas à questão arquitetônica é invisibilizar outras esferas do tecido social para pessoas com deficiência.

As universidades precisam publicizar, ao máximo, suas ações inclusivas, para que a informação chegue aos diversos níveis da população. Informações sobre deficiência, acessibilidade, inclusão, barreiras e outros assuntos que se relacionam com o tema devem estar presentes nos sites institucionais. Atos normativos, leis que assegurem direitos e informações são relevantes. Por mais que os Departamentos ou Núcleos não tenham

informações internas ou não estejam realizando novas atividades em períodos de ensino remoto, fomentar o debate é necessário.

Ao pensar em inclusão, é interessante que as IES realizem o seguinte exercício: incluir e se incluir. Se a universidade refletir mais a respeito da inclusão desses alunos, podemos construir novas formas de acesso. Ademais, para atender demandas, é necessário conhecê-las. Coordenações, Departamentos, corpo docente e discente precisam se inteirar a respeito do debate da deficiência, independente da área do conhecimento que estejam desenvolvendo ou não pesquisas em relação ao assunto. Incluir e acessibilizar não é só pesquisar, é se comprometer socialmente.

O escritor argentino Jorge Luís Borges escreveu em *Siete noches* (1980), um dos seus livros mais conhecidos, como foi seu processo da cegueira. Borges herdou uma condição de cegueira hereditária e foi perdendo a visão ao longo da vida. Em uma parte do livro, o autor afirma: “La ceguera no ha sido para mí una desdicha total, no se la debe ver de un modo patético. Debe verse como un modo de vida: es uno de los estilos de vida de los hombres” (BORGES, 1980, p. 55).

Referências

- ACESSIBILIDADE UFRJ <https://accessibilidade.ufrj.br/> Acesso em: 06 abr 2021.
- ACESSIBILIDADE – U IRIO <http://www.unirio.br/aceessibilidade/apresentacao> Acesso em: 06 abr 2021.
- BORGES, J. L. **Siete noches**. Colonia Granjas San Antonio: Editorial Meló: 1980.
- COPEI – Coordenadoria de Avaliação, Projetos Especiais e Inovação <http://www.copei.uerj.br/copei> Acesso em: 06 abr 2021.
- COPPETEC – Inclusão <http://inclusao.coppetec.coppe.ufrj.br/programa.htm> Acesso em: 06 abr 2021.
- DELIBERAÇÃO Nº 269 / 2020 - SAOC (12.28.01.03). Protocolo: 23083.064928/2020-05
- FERNANDES, M. E, MONTEIRO, V. E, OLIVEIRA, G. A. Acessibilidade educacional, comunicacional e social em tempos de pandemia: desafios e perspectivas. **Revista Interinstitucional de Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v. 6, n. Especial, p. 245-263, jun. out. 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Livro Acessível**. <https://livroacessivel.org.br/> Acesso em: 06 abr 2021.

MIA, M. Access intimacy: the missing link. **Blog Leaving Evidence**, may 2011. Disponível em: <https://leavingevidence.wordpress.com/2011/05/05/access-intimacy-the-missing-link/> Acessado em: 19 set 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional De Avaliação Da Educação Superior (SINAES) - 2013.

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-graduacao/nucleo-de-acessibilidade-e-inclusao-da-ufrj/> Acesso em: 06 abr 2021.

Orientações aos docentes sobre acessibilidade e inclusão. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/orientacoes-sobre-acessibilidade-de-pessoas-com-deficiencia-no-ensino-superior/> Acesso em: 06 abr 2021.

PAIXÃO BORGES, P.; C. DE SEGADAS-VIANNA, C. A inclusão de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior em cursos de exatas: um relato de caso. **Ensino da Matemática em Debate**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 376–402, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/49550>. Acesso em: 19 set. 2022.

PLETSCH, D. M.; SOUZA S. M. I.; RABELO C. C. L.; MOREIRA C. P. C. S.; ASSIS R. A. **Acessibilidade e desenho universal aplicado à aprendizagem na educação superior**, UFRRJ, UNIFESSPA. 2020.

ROMPENDO BARREIRAS

<http://uerjrompendobarreiras.blogspot.com/p/eventos.html> Acesso em 06 abr 2021.

SENSIBILIZA UFF. Divisão de Acessibilidade e Inclusão. Disponível em: <http://sensibiliza.uff.br/> Acesso em: 06 abr 2021.

SUDO, C. **Acessibilidade no ensino remoto**. Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UTFPR. Campus Londrina, s/d.

ⁱ *Live* é um termo na linguagem da internet, que caracteriza uma transmissão ao vivo realizada nas redes sociais. De forma simples e ágil, geralmente sem limites de tempo de exibição ou de quantidade de público.